



Fundação Educacional Serra dos Órgãos
Centro Universitário Serra dos Órgãos
Direção Acadêmica das Ciências Humanas e Tecnológicas
Núcleo de Direitos Humanos

OBSERVATÓRIO PLURALIDADES

OITO DE MARÇO E A REVERÊNCIA A NOTÁVEIS MULHERES INVISIBILIZADAS

*Tainah Simões Sales Thiago **
*Claudia Freire Vaz **

No dia 8 de março, celebramos as conquistas de direitos e de espaço das mulheres ao longo da história. É tempo de lembrar que, embora a historiografia tradicional insista em invisibilizar a participação de muitas que vieram antes de nós nos fatos marcantes e que mudaram os rumos da humanidade, nós sempre estivemos lá. Ao contrário do que muitas vezes somos levados a pensar, nem todas as mulheres sujeitaram-se ao recolhimento no ambiente doméstico: muitas estavam lá participando de forma ativa dos acontecimentos, seja na política, na ciência, nas artes. Eram subversivas e, justamente em razão da ousadia de levantar a voz e de agir, muitas vezes foram alvo e vítimas de uma política absolutamente excludente e misógina.

Por muito tempo, as mulheres foram impossibilitadas de pertencerem a espaços públicos ocupados culturalmente pelos homens, fato que se observa no conteúdo das leis que foram elaboradas pelo Estado brasileiro ao longo da história. Apenas após a década de 60, pôde-se perceber, a partir da influência dos movimentos feministas, matérias legislativas de interesse das mulheres, como direito ao trabalho, abuso sexual, violência doméstica e divórcio, mas antigamente se observava a existência de uma extensa legislação que corroborava um cenário de dominação patriarcal, a exemplo das Ordenações Filipinas, que até o século XIX permitia castigos físicos contra as esposas, ou o Código Civil de 1916, que condicionava a mulher à incapacidade relativa para o exercício de direitos civis, de modo que as mulheres necessitavam de autorização dos maridos para trabalhar, assinar contratos etc. Às mulheres – brancas, é importante ressaltar – somente foi permitido o acesso ao ensino superior em 1879, enquanto homens – brancos e livres – frequentavam desde 1808.

Na esfera política, a invisibilidade da mulher sempre foi tão naturalizada que apenas recentemente a questão da sub-representação tem sido apresentada como um problema da democracia brasileira. Hoje, sabe-se que o pensamento feminista se demonstra cada dia mais necessário, a fim de superar a dominação masculina e os mecanismos permanentes de desigualdade de gênero que desfavorecem a atuação da mulher em sociedade e em espaços de poder, mas ainda durante o século XX era considerado um absurdo que mulheres pudessem ocupar espaços fora do ambiente doméstico,

pois isto traria “prejuízos inestimáveis para as famílias” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p.12).

Mas, conforme já dito, sempre estivemos lá. No âmbito da política, como não mencionar Dandara dos Palmares (sec XVI), um dos principais nomes da luta negra contra o regime escravocrata? Conhecida como “guerreira”, comandou tropas e foi essencial na liderança do quilombo dos Palmares. Esperança Garcia também deve ser celebrada. Mulher negra escravizada, hoje é reconhecida como a primeira advogada do Brasil, sendo um símbolo de resistência e na luta por direitos (STARLING, 2022). Lembramos também de Nísia Floresta, pioneira na defesa dos direitos das mulheres, que lutou pela educação de tantas que vieram antes de nós. Há também Bertha Lutz, uma das maiores líderes na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras, que se empenhou na aprovação da lei que alterou o Código Eleitoral e permitiu a participação política das mulheres em 1932. Diante dessa conquista, veio Carlota Queirós, a primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal, em 1934.

Celebramos Antonieta de Barros, filha de mulher escravizada, que foi jornalista e professora, lutou pela igualdade racial e de gênero e foi a primeira mulher negra eleita deputada estadual. Mais recentemente, vimos Ellen Gracie tomar posse como Ministra do Supremo Tribunal Federal (2000). A primeira, de um tribunal que existe desde o advento da República (1891). É de se refletir: por que a demora? Por que mais de 100 anos se passaram desde a criação da Suprema Corte e a nomeação da primeira mulher como Ministra? Tal dado escancara uma verdade inconveniente: quanto mais alto o cargo e o poder de decisão, menor é a participação feminina.

Na música, vale apontar o nome de Alaíde Costa. Mesmo sendo uma cantora que participava do surgimento da Bossa Nova, que estava presente em reuniões ao lado de Carlos Lyra, Ronaldo Bôscoli e Tom Jobim, o que se observou é que nem o mercado fonográfico, a mídia ou as gravadoras deram o destaque merecido a essa voz que até hoje, com quase 90 anos, ainda está presentes nos palcos no Brasil. Esse movimento, que teve intérpretes como Nara Leão e Sylvania Telles, negligenciou uma mulher negra por cantar um gênero musical tão identificado com a classe média – e branca – da zona Sul carioca (LOPES, 2015).

Na área da saúde, um nome que merece ser iluminado é de Franca Ongaro Basaglia. Sua participação por um cuidado em saúde mental humanizado muitas vezes é reduzida ao fato de ser companheira de Franco Basaglia, o principal nome da reforma psiquiátrica italiana. Contudo, o seu papel é muito maior. Ela foi socióloga e militante e muito do que ela produziu, seus textos e suas práticas, influenciaram e influenciam positivamente a criação de um novo cuidado em saúde mental. Duas vezes eleita senadora na Itália, sua atuação contribuiu para a implantação da lei 180, de 1978, que foi responsável pelo fechamento dos manicômios italianos. Sua luta ultrapassou

as fronteiras continentais e influenciou a reforma psiquiátrica brasileira. Contudo, as fronteiras do patriarcado foram mais eficientes que as terrestre e seu nome ainda é bastante desconhecido (Pereira, 2021).

O apagamento da contribuição das mulheres na história, política, cultura e outros campos da vida não é raro, infelizmente. Na ciência, tal fenômeno recebeu um nome “Efeito Matilda”. Esse termo foi cunhado por Margaret Rossiter e homenageia Matilda Joslyn Gage que escreveu, em 1893, um ensaio chamado *Woman as an inventor – Mulheres como inventoras*, em tradução livre – em que divulgava trabalhos feitos por cientistas mulheres como uma forma de confrontar a ideia de que somente homens tinham capacidade intelectual para criar e produzir conhecimento científico (Balbé, Botelho e Cabecinhas, 2023).

Nesse mês de março, então, fazemos um convite para cada um que leu esse texto se junte a Rossiter e Gage e comece a se perguntar e a pesquisar onde estão as mulheres em inúmeras áreas do conhecimento. Abra bem os olhos para enxergar as sombras das mulheres que estão lá e depois jogue luz sobre elas. Repita essa ação ao longo da sua vida. Elas agradecem. E todos nós também.

Referências

BALBÉ, Alice; BOTELHO, Claudia ; CABECINHAS, Rosa . Mulheres cientistas? A representação das mulheres na ciência nos livros didáticos de história em Portugal. *CADERNOS PAGU*, v. 1, p. 1-18, 2023.

BIROLI, Flávia; MIGUEL Luis Felipe. **Feminismo e política**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

PEREIRA, MELISSA DE OLIVEIRA. Franca Basaglia, feminismo e medicalização. 2021; Tema: Saúde Mental. (Blog: Mad in Brasil).

SARAIVA, Daniel Lopes. Aláide Costa Afinal... Uma trajetória. In: **XI Encontro Regional Sudeste de História Oral Dimensões do público: Comunidades de sentido e narrativas políticas**, 2015, Niterói. **XI Encontro Regional Sudeste de História Oral Dimensões do público: Comunidades de sentido e narrativas políticas**, 2015. p. 1-12.

STARLING, Heloísa. **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.



Fundação Educacional Serra dos Órgãos
Centro Universitário Serra dos Órgãos
Direção Acadêmica das Ciências Humanas e Tecnológicas
Núcleo de Direitos Humanos

* Tainah Simões Sales Thiago. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2019) c/ realização de Doutorado Sanduíche na Aix Marseille Université (França). Atualmente é Professora do Curso de Direito do Unifeso e membro do Núcleo de Direitos Humanos. E-mail: tainahthiago@unifeso.edu.br.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5007416477494880>

* Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2016) c/ realização de Doutorado Sanduíche na Universidade do Minho - Braga, Portugal. Atualmente é Professora do Curso de Psicologia do Unifeso e membro do Núcleo de Direitos Humanos. E-mail: claudiavaz@unifeso.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4569700459684986>